

FONTE : GM

CLASS. : 21

DATA : 29 06 88

PG. : 14

MINERAÇÃO

Ibram quer reduzir o tom nacionalista da nova lei do subsolo

por Edson Beú
de Brasília

O empresário João Sérgio Marinho Nunes, da S.A. Mineração de Amianto (SAMA), eleito pela segunda vez consecutiva presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), tomou posse ontem, para mais um mandato de dois anos, anunciando, como sua maior prioridade, trabalhar para reduzir o tom nacionalista que os constituintes deram ao setor mineral, no capítulo I do título VII do texto aprovado no primeiro turno.

O objetivo mais ousado da diretoria do Ibram, entidade que congrega cerca de trezentas empresas, responsáveis por 80% da mineração do País, é assegurar a total participação da empresa estrangeira na mineração. Marinho Nunes reconhece que essa é a tarefa mais difícil de ser cumprida no segundo turno de votação, principalmente num período em que muitos parlamentares estarão fora do plenário, cuidando de suas campanhas municipais.

O empresário da SAMA quer articular junto aos constituintes uma mudança no artigo 205, onde se diz que os recursos minerais pertencem à União. Marinho Nunes defende a troca da palavra "União" por "Nação". Segundo ele, não se trata de uma simples

questão de semântica. O termo "União" no texto, acredita ele, abre "brechas" para o processo de estatização do setor. Isso pode ser difícil, no entanto, já que no segundo turno de votações da Constituinte só entram emendas supressivas e não modificativas.

O presidente do Ibram faz também uma ressalva ao parágrafo 3º do artigo 203, que dispõe sobre a atuação do garimpeiro. Um trecho do artigo estabelece que "as cooperativas têm prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas minerais garimpáveis, onde estejam atuando". Marinho Nunes teme que essa prioridade possa estimular a invasão de garimpeiros em áreas de propriedade de empresas de mineração, até a data da promulgação da nova Carta. Por isso, disse que tentará convencer os constituintes a retirarem a frase "onde estejam atuando".

Agora, durante as Disposições Transitórias, Marinho Nunes afirma que vai trabalhar no sentido de estabelecer novas condições para o Estado anular os contratos de lavras das empresas que não estejam atuando a contento. Ele é contra a fixação de um prazo para se proceder essa anulação.